

	<b>Autor:</b>	<b>(Não Assinado)</b>
	<b>Data:</b>	<b>Sábado, 21 de Março de 2009</b>
	<b>Pág.:</b>	<b>25+Ultima Pagina</b>
	<b>Temática:</b>	<b>Entrevista</b>

## Magistrado ataca lei penal

João Palma, candidato único à liderança do sindicato dos Magistrados do Ministério Público, faz duras críticas ao novo Processo Penal. Em entrevista ao Expresso, reconhece que a relação com o procurador-geral da República não é a melhor.

**João Palma: O novo rosto do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público não poupa o PGR**

### "Lei é manual de defesa de delinquentes"

O único candidato à presidência do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, lugar até agora ocupado por António Cluny, não poupa críticas a Pinto Monteiro e às leis que, na sua opinião, dificultam o combate ao crime. Vai ganhar as eleições e promete luta ao procurador-geral. "Vai ter de nos ouvir".

**É secretário-geral e o único candidato à presidência. Vai ficar tudo na mesma?**

A acção vai mudar, o estilo vai ser diferente, eu sou diferente. Vamos estar mais atentos e ter uma crítica mais directa.

**Se já fosse presidente, qual seria a primeira crítica?**

Em termos de acção penal, o MP tem de mudar porque há falta de iniciativa investigatória.

**Por culpa da legislação ou dos próprios magistrados?**

A legislação não depende de nós. Depende de nós denunciar a legislação que não serve. Tem de se decidir se o MP muda e se assume como defensor da legalidade democrática ou se, pela passividade, se torna um agente da desagregação do sistema democrático. O MP não pode resolver os problemas da democracia mas tem de assumir o seu papel.

**Porque não está a assumir?**

Porque há tentativas visíveis de limitação à acção do MP.

**Transmitiram essas preocupações ao procurador-geral?**

Fizemos uma petição contra a aprovação do estatuto do MP e conseguimos mais de mil assinaturas em 1300 magistrados. Achámos que o procurador não podia ficar indiferente e por isso fomos ter com ele. Até hoje, não nos deu qualquer resposta.

**O sindicato nunca gostou deste procurador.**

As relações podiam ser melhores...

**Quais são as divergências?**

O PGR tem mostrado falta de empatia com os problemas que o sindicato tem levantado.

**Quando Pinto Monteiro criticou a paragem na investigação ao caso Freeport, a associação sindical da PJ defendeu os investigadores. Porque é que o sindicato do MP não fez o mesmo?**

Nós lembrámos que o MP tem uma hierarquia e a responsabilidade termina no topo. Ao dizê-lo, não podíamos fazer melhor defesa do colega.

**A reacção à suspeita de vigilâncias de elementos do SIS sobre os magistrados que estão a investigar o caso foi forte. Tem algum conhecimento directo dos factos que denunciaram?**

Tem havido pressões. Os factos públicos e notórios dispensam produção de prova. Houve pressões. Sabemos de onde é que vieram e, se voltarem a existir no futuro, saberemos defender a liberdade dos colegas.

**Quem é que pressionou os investigadores? O Governo?**

Não vou dizer. Se for necessário, o sindicato saberá assumir a defesa dos colegas.

**A criminalidade violenta aumentou dez por cento no ano passado. Enquanto procurador no IGAI, sente esse aumento?**

Não respondo enquanto inspector do IGAI. Como cidadão, a minha percepção é que a criminalidade aumentou, e vem confirmar as previsões que fizemos quando foi aprovado o novo Código de Processo Penal. Ou se fazem alterações no sentido de recuperar margem de intervenção para os tribunais e polícias ou vamos bater-nos com problemas cada vez mais graves.

**É o excesso de garantias dos arguidos que está na origem do aumento da criminalidade?**

O Código não é um instrumento para a defesa da comunidade, mas um manual de defesa dos interesses dos delinquentes.

**As mudanças do Código não são bode expiatório para tudo?**

Alteraram-se os pressupostos da prisão preventiva e, ao contrário do que se pensa, a nossa taxa de preventiva não era alta. E não se pode querer libertar as pessoas e ao mesmo tempo combater o crime.

**Não se pode combater o crime com prisão preventiva.**

Não, mas não são assim tantos os casos de prisões preventivas que vêm a ser declarados ilegais. O que há, e faz parte do sistema, são presos preventivos que são absolvidos.